

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANDRÉ BERNHARD

**REFERÊNCIA E ENUNCIÇÃO: UM ESTUDO DE RELATOS INSTITUCIONAIS
SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA**

**PORTO ALEGRE
2012**

ANDRÉ BERNHARD

**REFERÊNCIA E ENUNCIÇÃO: UM ESTUDO DE RELATOS INSTITUCIONAIS
SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

**PORTO ALEGRE
2012**

*Ao meu filho, Joaquim, que constitui a mais bela forma e o
mais belo sentido para a minha vida.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que me deu condições para que eu pudesse concluir minha faculdade.

À Vivian, por ter sido minha companheira nesta jornada e por ter me presenteado com nosso Joaquim.

Ao meu orientador, professor Valdir Flores, pela sua atenção e dedicação para comigo e para com o meu trabalho, por acolher minha pesquisa e abrir as portas deste Vale encantado onde estudamos para um mundo sem encanto.

À Fundação de Assistência Social e Cidadania do município de Porto Alegre, por ser parceira neste trabalho.

Ao Serviço de Acolhimento Noturno e aos seus profissionais que participaram da pesquisa cuja aceitação e cooperação à proposta foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas do PAG – Língua Portuguesa, que, junto com esta universidade, formaram-me professor.

À amiga Maria Eduarda, por sempre estar comigo e por me amar incondicionalmente.

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão que visa à associação entre a problemática de crianças e adolescentes em situação de rua com a Teoria da Enunciação, a tomar como princípio a construção da referência discursiva desses sujeitos, realizada pelos profissionais que com eles atuam. Visto que grande parte das medidas de atendimentos pensada para crianças e adolescentes em situação de rua é pensada em instâncias de discurso em que o sujeito em referido contexto não está presente, e sim é referido nela, objetivamos investigar os modos particulares que um locutor utiliza, ao reportar, no plano textual de um relato escrito, uma interação de diálogo, de forma a possibilitar, a quem acessa o seu texto, a visualização de um sujeito tal como ele é referenciado no discurso. Para isso, tomamos os relatos dos monitores do Serviço de Acolhimento Noturno, espaço de proteção do município de Porto Alegre, como objeto de nossa análise, que estará subsidiada pela teoria da enunciação de Émile Benveniste, mais especificamente pelos seus estudos sobre a presença do homem na língua. A análise do *corpus* de trabalho deve permitir ensaiar algumas observações sobre como os modos singulares de utilizar a língua por um locutor fornecem subsídios, através da referenciação do outro que está ausente, para a construção de uma imagem discursiva.

Palavras-Chave: Enunciação. Referência. Crianças e adolescentes em situação de rua.

ABSTRACT

This paper proposes a reflection that aims to associate the issue of homeless children and teenagers to the Enunciation Theory, which is based on the construction of the discursive reference of these subjects, made by professionals who deal with them on a regular basis. Most of the support measures developed for kids and teenagers in this situation regards instances of discourse in which the subject is not present in a given context but is referred to in them. Having said that, we intend to investigate the specific means that the speaker uses when reporting, in a written account, a dialogue interaction, as a means to make it possible to the reader visualizing the subject as it is referred to in the discourse. In order to do that, we collected accounts from professionals of Porto Alegre's protection service, which constitutes the object of this analysis, based on Émile Benveniste's Enunciation Theory, more specifically on his studies on the presence of man in language. The corpus analysis should allow reporting some observations on how the individual ways in which the speaker utilizes language offer enough contribution, through references to the others, to the development of support measures.

Keywords: Enunciation. Reference. Homeless children and teenagers.

LISTA DE SIGLAS

CASR	Crianças e Adolescentes em Situação de Rua
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
PLG I	Problemas de Linguística Geral I
PLG II	Problemas de Linguística Geral II
SOBRESAIR	Sorrindo, Brincando e Saindo da Rua
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SAN	Serviço de Acolhimento Noturno

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA	13
1.1 UMA QUESTÃO TERMINOLÓGICA	14
1.2 A RELAÇÃO DO SUJEITO EM SITUAÇÃO DE RUA COM A LINGUAGEM... 15	
1.2.1 Instâncias de interlocução no trabalho com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua.....	18
2 ENUNCIÇÃO E SUBJETIVIDADE: O OUTRO, REFERENCIADO NO DISCURSO.....	22
2.1 TEORIA DA ENUNCIÇÃO.....	22
2.2 A LINGÜÍSTICA DA ENUNCIÇÃO EM SUA GENERALIDADE.....	23
2.3 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE	25
2.3.1 O sujeito na Linguística da Enunciação de Émile Benveniste.....	29
2.3.2 Subjetividade e intersubjetividade	29
2.3.3 A noção de pessoa/não-pessoa e a instância de discurso	30
3 METODOLOGIA DE COLETA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	32
3.1 SOBRE A COLETA DOS DADOS	32
3.2 SOBRE A APRESENTAÇÃO DOS DADOS	33
3.3 SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS.....	33
4 A ANÁLISE DOS DADOS: POR UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DA REFERENCIAÇÃO	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS.....	50

INTRODUÇÃO

[...] se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da lingüística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. [...] é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem. De fato, entre tantas dualidades, somente a língua parece suscetível duma definição autônoma e fornece um ponto de apoio satisfatório para o espírito. (SAUSSURE, 2006, p. 16-17).

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, associando-a aos estudos da linguagem, mais especificamente na investigação da complexidade da linguagem quanto aos seus aspectos enunciativos. A temática deste estudo é a pesquisa sobre os recursos linguísticos que um locutor utiliza, ao reportar, no plano textual de um relato escrito, uma interação de diálogo, de forma a possibilitar, a quem acessa o seu texto, a visualização de um sujeito tal como ele é referenciado no discurso. Alguns questionamentos são inerentes à proposição desta temática, são eles: a) de que maneira este sujeito referido é apresentado em um relato escrito; b) o que se diz sobre ele e de que forma isso é feito; c) se é possível visualizarmos um sujeito¹ no processo linguístico da referenciação. Para tais questões, o trabalho tentará apontar respostas.

O indivíduo abordado neste estudo, que se constitui pela referenciação de outro, é aquele que faz da rua o seu local de desenvolvimento físico, psíquico e social, em decorrência de possuir vínculos frágeis, ou mesmo não possuir nenhum, com a sua família e a sua comunidade de origem. O processo de ruptura desses laços é originado e desenvolve-se por fatores de diversas ordens que tentaremos abordar, em certa medida, em momento oportuno. O que se afirma neste momento é que nos propomos a trabalhar com o que se diz em um ambiente de interlocução, a respeito de indivíduos complexos em uma situação social bastante peculiar de violação de direitos.

Este estudo justifica-se social e teoricamente. Social, porque estamos diante de uma problemática aguda não só nas capitais dos estados brasileiros, como também em várias cidades do país. A problemática de crianças e adolescentes em situação de rua se constitui como um grande desafio às políticas públicas, desenvolvidas pelos poderes executivos no âmbito da União, estados e municípios. Justifica-se também teoricamente pelo fato de acreditarmos que sob o olhar de uma teoria linguística que possui uma concepção de natureza

¹ As noções de sujeito e indivíduo consideradas neste trabalho são distintas. Elas serão apresentadas e desenvolvidas nos Capítulos 1 e 2.

antropológica, por se interessar pela interação de diálogo que os sujeitos estabelecem entre si mediante a linguagem, possa aproximar os estudos linguísticos das políticas de assistência social.

É necessário frisar que, embora a teoria escolhida observe a relação entre os homens, tal teoria é *stricto sensu* linguística por a) se tratar da relação entre os homens constituídos “na linguagem e pela linguagem”²; b) priorizar a análise linguística, observando os mecanismos de funcionamento da língua; c) inserir nas análises a subjetividade na linguagem, ou seja, a capacidade do locutor se propor como sujeito e de singularizar-se através dela, em sua enunciação, por meio de um ato individual que coloca em funcionamento a língua.

A motivação para este estudo deve-se a experiências em educação social de rua no município de Porto Alegre, nos anos de 2005 e 2006, no projeto *Sorrindo, Brincando e Saindo da Rua – SOBRESAIR* e no *Programa Ação Rua*³. A prática revelou que é, em contextos discursivos, dentro da interação eu-tu, através da “situação de discurso”⁴ que se começa a construir os vínculos necessários que permitem o acesso ao sujeito criança/adolescente em situação de rua, e que nela se forma o campo para as proposições de medidas de atendimento, com vistas à saída do sujeito em questão do espaço da rua. A condição *sine qua non* para a pertinência deste trabalho é o fato de que as medidas de atendimento para crianças e adolescentes em situação de rua são pensadas e propostas em “instâncias de discurso”⁵, posteriores à interação de diálogo entre os profissionais e os sujeitos na situação referida.

A instância de discurso está associada ao ato da enunciação, sempre único, pois é na temporalidade do ato que se estabelecem as referências espaço-temporais e os indicadores de subjetividade do “eu” que fala e que referencia o outro. As instâncias de discurso são os lugares para onde os profissionais reportam a sua interação com o sujeito criança ou adolescente em situação de rua de forma atualizada. É mediante a enunciação que os

² Referência à expressão utilizada por Émile Benveniste, autor com o qual trabalhamos, no artigo *Da subjetividade na linguagem* de 1958. Tal expressão será abordada novamente no Capítulo 2 do trabalho.

³ O projeto *Sorrindo, Brincando e Saindo da Rua – SOBRESAIR* (ACM/CMDCA, 2005) foi proposto e implementado nos anos de 2005 e 2006, no município de Porto Alegre, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em parceria com a Associação Cristã de Moços (ACM), com o intuito de constituir uma alternativa de enfrentamento da problemática de crianças e de adolescentes em situação de rua e prestar suporte efetivo ao grande número de programas, serviços e projetos de atendimento a essa população. A proposta executada pelo projeto SOBRESAIR serviu de base para a implementação do *Serviço Ação Rua* (PORTO ALEGRE, 2011), política pública da assistência social do município. O *Serviço Ação Rua* aborda e identifica crianças e adolescentes em situação de rua em todas as regiões da cidade. Ver projetos em anexo.

⁴ Segundo o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 218), “situação irrepetível de apropriação da língua que instaura a interlocução e a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da enunciação.”

⁵ Segundo o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p.142), “ato de dizer cada vez único pelo qual a língua é atualizada em fala pelo locutor.”

profissionais referem o sujeito CASR e, dessa forma, projetam uma imagem discursiva, para os seus interlocutores, do sujeito referido – processo nunca imparcial que constituirá um ponto de partida para a proposição de medidas de atendimento. As instâncias de discurso de que tratamos aqui se configuram como: reuniões de discussão de casos entre equipes, audiências entre redes de atendimento, relatórios técnicos ou relatos de atuação. Relatos de atuação dos monitores que atuam no Acolhimento Noturno, espaço de proteção gerenciado pela prefeitura de Porto Alegre, serão objeto de análise deste trabalho.

O objetivo que constituirá cada um capítulos do trabalho são respectivamente: a) elaborar uma reflexão sobre a realidade de crianças/adolescentes em situação de rua para verificar como essa realidade se apresenta discursivamente; b) situar a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste dentro dos estudos enunciativos; c) analisar os dados produzidos pelos educadores do Serviço de Acolhimento Noturno para evidenciar os recursos linguísticos mobilizados por um locutor na referenciação de um sujeito; d) mostrar que a enunciação referencial não é imparcial, pois mobiliza o locutor a fazer escolhas de recursos linguísticos para construir uma imagem discursiva do sujeito referenciado, imagem que será o ponto de partida para a proposição de ações de atendimento.

No primeiro capítulo, elaborar-se-á uma reflexão sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua, a partir de duas pesquisas realizadas em 2004 e 2008, intituladas *A Realidade das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Social na Grande Porto Alegre / Perfis e Índice de Vulnerabilidade* (PORTO ALEGRE, 2004) e *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas, remanescentes de quilombos* (GEHLEN; SILVA; SANTOS, 2008), respectivamente. Tais estudos serão importantes para que possamos visualizar o perfil de crianças e adolescentes em situação de rua em Porto Alegre e ressaltar em que instâncias de trabalho com a problemática, a linguagem, em seus aspectos enunciativos, requer atenção.

No segundo capítulo, situaremos os conceitos com os quais trabalharemos em nossa análise de dados dentro da heterogênea teoria linguística que escolhemos para dar suporte a este trabalho, a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Para isso, traremos a leitura que fazemos do vasto e plural campo das teorias da enunciação, buscando encontrar, com essa leitura, um ancoradouro para o teórico escolhido.

O terceiro capítulo se constituirá pela descrição da metodologia de coleta, apresentação e análise dos dados produzidos e cedidos pelos monitores que trabalham no

Serviço de Acolhimento Noturno (SAN), espaço gerenciado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que acolhe adolescentes em situação de rua em modalidade de pernoite.

No quarto e último capítulo, analisaremos, tomando por base a Teoria da Enunciação de Benveniste, os relatos produzidos pelas equipes de monitores do SAN, em que relatam sua interação com um adolescente, usuário do serviço. Após a análise dos dados, inclinaremos para a conclusão, na qual serão avaliados os resultados e contribuições deste trabalho de pesquisa.

Desejamos realizar um trabalho que desperte o interesse não só dos profissionais da área de Letras que se interessem pelos Estudos da Enunciação e outras Teorias do Discurso, mas, principalmente, dos profissionais que trabalham diretamente com a população em situação de rua.

1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Para propor uma reflexão acerca do perfil de crianças e adolescentes em situação de rua no município de Porto Alegre, vamos apoiar nosso estudo sobre o tema em duas pesquisas realizadas nos anos de 2004 e 2008, intituladas *A Realidade das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Social na Grande Porto Alegre / Perfis e Índice de Vulnerabilidade e Diversidade e proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas, remanescentes de quilombos*, respectivamente.

Tais pesquisas foram realizadas pelo Laboratório de Observação Social (LABORS), vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foram responsáveis pelos estudos professores/doutores do referido Instituto e uma equipe de pesquisadores extremamente qualificados na temática em questão, com o apoio e supervisão de técnicos da Fundação de Assistência Social e Cidadania do Município de Porto Alegre (FASC). Os estudos constituem-se como os documentos mais atualizados, no meio acadêmico⁶, sobre o universo de crianças e adolescentes em Situação de Rua no Município de Porto Alegre e região metropolitana da capital .

Compreendendo que a problemática de pessoas em situação de rua é praticamente desconhecida pela sociedade, pois a análise de contexto desta parte da população ancorou-se, por muitos anos, em “censos nacionais baseados em critério domiciliar” e em pesquisas que produziram “estimativas sem qualquer base científica, valendo-se de critérios díspares e estigmatizantes” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 17), as pesquisas selecionadas propuseram um trabalho sensível à visualização de subjetividades que só poderia ser efetivado por meio da interlocução e da vinculação com os indivíduos pesquisados. Por esse motivo, justifica-se a escolha destes documentos para dialogarem com um estudo linguístico que prioriza a relação entre o “Eu” e o “Tu”, na tentativa de verificar também a “projeção do Eu sobre o outro” (PORTO ALEGRE, 2004, p. 18), e como esse “outro” é construído pela referenciação enunciada pela primeira pessoa.

É importante salientar que o objetivo deste capítulo não é dissertar sobre os dados das pesquisas ou trazê-los para o leitor, e sim propor, à luz dos documentos citados, uma reflexão

⁶ O *Serviço Ação Rua*, executado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, aborda e identifica crianças e adolescentes em situação de rua em todas as regiões da cidade. O Serviço Ação Rua produz, desde o início de sua atuação em 2007, relatórios quantitativos mensais, trimestrais e anuais que apontam o número de crianças e adolescentes e famílias atendidas.

sobre a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua⁷ que não esteja baseada apenas em nossa experiência de interação com este público, já que o autor deste trabalho foi Educador Social de Rua no projeto SOBRESAIR (ACM/CMDCA, 2005) e atualmente é cumpre a mesma função no *Serviço Ação Rua* (PORTO ALEGRE, 2011)⁸. Iremos priorizar o que é necessário expor dos estudos escolhidos para que o leitor possa compreender a necessidade de um estudo linguístico-discursivo no universo da problemática de CASR. Ao leitor que tiver o interesse de aprofundar o seu conhecimento sobre a realidade de CASR em Porto Alegre, sugerimos a leitura das referidas pesquisas na íntegra.

1.1 UMA QUESTÃO TERMINOLÓGICA

O sintagma nominal *situação de rua* deve ser entendido como um termo que abarca uma série de variantes sociais que são comuns a indivíduos⁹ em um determinado momento de seu processo histórico. Não podemos mensurar, com essa designação, uma realidade estanque e motivadores fixos que levam uma determinada criança ou adolescente a estabelecer vínculos com a rua e passar a ter nela um local de permanência ou de frequência regular.

É preferível, então, olhar o termo a partir da problemática que ele aponta: uma realidade que é heterogênea diante da mutabilidade das situações, bem como do conjunto sempre circunstancial de fatores de ordem social, familiar, psicológica, identitária, territorial, institucional e também discursiva que caracteriza a realidade desta população infanto-juvenil como uma situação.

[...] o termo “crianças e adolescentes em situação de rua” tomou conta do vocabulário público nos anos 2000. Esse termo está, atualmente, legitimado como uma classificação instituída acerca de uma população plural que pode estar ocupando a rua de uma variedade de jeitos e formas, permanente, transitória ou intermitentemente. Além disso, o termo expressa uma consideração de que as crianças e adolescentes em situação de rua não apenas *moram* ou *sobrevivem* na rua, mas constituem formas de organização social e **significados particulares para seus atos**, criativamente adquirindo conhecimentos, novas formas de relacionamentos sociais e geração de renda. (GEHLEN; SILVA; SANTOS, 2008, p. 25, grifo negrito nosso).

⁷ Daqui para frente, vamos referir o termo *crianças e adolescentes em situação de rua* pela sigla CASR.

⁸ Ver projetos técnicos em anexo.

⁹ Trabalhamos com as categorias indivíduo e sujeito. Usamos o termo indivíduo para referir o perfil CASR em sua complexidade psíquica, social, cultural e ideológica em suas relações particulares com o mundo. Em contrapartida, usamos o termo sujeito para referir o indivíduo que é constituído discursivamente dentro da relação eu-tu que se instaura na e pela enunciação.

Diversas perspectivas de olhar para a realidade dos indivíduos que estão inseridos no universo da rua geraram uma gama de termos para nomear esta população: “moleques”, “vadios”, “pivetes”, “menores abandonados”, “desabrigados”, “carentes ou infratores”, “meninos(as) de rua”, “crianças em situação de risco” (PORTO ALEGRE, 2004); contudo, achamos oportuno a utilização do sintagma nominal “crianças e adolescentes em situação de rua”, por nele está inclusa a ideia de realidade em processo e também por razões de funcionamento semântico da língua.

A carga semântica trazida pela palavra situação já nos coloca diante de uma perspectiva de algo passível de ser transformado, de algo que está em movimento. Tal entendimento é crucial para que consigamos alcançar resultados perante a problemática. Soma-se a isso o fato de que a palavra “situação” tira a carga semântica da preposição “de”, que, dentro do sintagma nominal “meninos(as) de rua”, por exemplo, possui o sentido de “proveniência”, “origem”, que acaba por veicular, ao entendimento da sociedade, um valor de sentido de enraizamento dos indivíduos à rua, como se a ela pertencessem – embora saibamos que nenhuma criança ou adolescente advenha da rua ou surja dos concretos que constituem as vias das grandes cidades. Pelo contrário, toda a criança e adolescente é oriundo de uma família, por mais que a configuração desta não seja semelhante à configuração da família tradicional da sociedade burguesa¹⁰.

A categoria “crianças e adolescentes em situação de rua” não pode ser substantivada, reificada ou considerada em termos absolutos. **Ela deve ser analisada em termos relativos, como parte de um todo, sendo que é na relação com este todo que ela se define.** Essa identificação é vivida na relação com o “Outro”: sejam seus pares, as instituições ou a sociedade em geral. (PORTO ALEGRE, 2004, p.20-21. grifo nosso).

1.2 A RELAÇÃO DO SUJEITO EM SITUAÇÃO DE RUA COM A LINGUAGEM

A motivação que leva um indivíduo a começar a estabelecer vínculos com a rua não deve ser tomada como um evento isolado ou estanque que surge na sua vida levando-o a ingressar na rua. A rua é um ponto de chegada para um processo já iniciado dentro da relação familiar e comunitária. As pesquisas sobre a população infanto-juvenil e o trabalho de educação social de rua, realizado por educadores e técnicos sociais ao longo de duas décadas em Porto Alegre, apontam perfis que vivenciaram eventos comuns e recorrentes no cerne das

¹⁰ Toda criança e adolescente é oriundo de uma comunidade que possui valores culturais específicos que passam a ter valor significativo na e pela relação com outros valores culturais dentro do organismo social.

suas relações familiares e comunitárias e que passaram a ser considerados motivadores padrões que desencadeiam uma movimentação em direção à vivência na rua, a exemplo da miséria estrutural, da violência doméstica, da drogadição intrafamiliar, da falta de referência dos pais biológicos, de relações de conflito com padrastos, entre outros.

Contudo, é importante ressaltarmos que muitas famílias brasileiras têm incorporados ao seu cotidiano alguns desses eventos, mas muitas não geram um processo que direcione crianças e adolescentes à situação de rua. Isso nos leva a crer que populações que estão nesta situação não seguem padrões para estarem neste local, tampouco são indivíduos que possamos planificar em algum tipo de padronização. Indivíduos em situação de rua devem ser considerados como seres singulares e complexos, assim como o processo que os leva a tal condição.

Se um estudo pontual pode identificar e ampliar a gama de variantes, somente um estudo longitudinal seria capaz de avaliar as ‘entradas’ e ‘saídas’, assim como o tempo de permanência ou a frequência da intermitência no universo da rua. De outra parte, é tênue a fronteira que separa os que habitam ‘na rua’ dos mal alojados ou que moram em instituições, pois o que existe é um *continuum* entre estas situações. (PORTO ALEGRE, 2004, p.19, grifo nosso).

Para entendermos a complexidade desta condição tão diversa sobre a qual é muito difícil estabelecer fronteiras, devido ao seu caráter situacional, heterogêneo e processual, acreditamos que devemos colocar vistas, não prioritariamente sobre o percurso de eventos sócio-históricos do indivíduo, mas sobre como ele refere discursivamente a si mesmo, e observar sobremaneira o que se diz dele – aqui estamos falando da enunciação de um locutor sobre a enunciação de outrem. A enunciação¹¹, seja a do próprio indivíduo em situação de rua, seja a do profissional que o refere no discurso, deve constituir a base primeira, diante da qual devemos pensar medidas de atendimento para a inclusão de CASR em outra situação: em uma situação que configure um processo direcionado ao fortalecimento das relações deste indivíduo com sua família e sua comunidade, pois é no envolvimento com esta e no seio daquela que crianças e adolescentes constroem seus princípios de identidade e pertencimento, mediante a alocação entre os pares eu-tu que, no capítulo seguinte, denominaremos como relação intersubjetiva.

¹¹ Muitas são as definições para o termo Enunciação dentro deste campo de estudos. Algumas destas definições serão mencionadas no capítulo seguinte. Neste trabalho concebe-se a definição de Émile Benveniste, tal como apresenta o *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p.102), que define enunciação como a “colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização”. Tal definição, que aqui foi apenas citada, será retomada no capítulo quatro para fins de melhor entendimento.

Acreditamos que o discurso constitui a base primeira do atendimento, visto que inúmeros são os casos de crianças e adolescentes, abordados por agentes sociais, que não referem a si mesmos como indivíduos em situação de rua e que dizem não serem semelhantes “àqueles” que a ela “pertencem”, embora também estejam marcados por parâmetros caracterizadores dessa situação, como uma aparência tingida pela falta de higiene, ou por vestes sobressalentes ao seu tamanho, ou por conviverem cotidianamente com aliciadores e exploradores, ou mesmo por passarem sucessivas noites nas ruas, longe da proteção familiar (Cf. PORTO ALEGRE, 2004). Isso evidencia uma não apropriação por completo do espaço da rua e uma vinculação, ainda que frágil, com laços que constituam alguma lógica de pertencimento à família e à comunidade. Mesmo que constatada por completa, na vida prática, a não existência de vínculos do indivíduo com qualquer espaço que consideramos, pelas nossas representações, como um local ideal de desenvolvimento, temos que enxergar, na enunciação do sujeito, um indicador de um não pertencimento discursivo à rua que se marcará no seu enunciado¹², produto de sua enunciação. Quando um indivíduo enuncia que não pertencente à rua ou que não é semelhante “àqueles” que “pertencem” a ela, devemos explorar o enunciado como uma “pista” que poderá nos revelar ao que ele se sente pertencente ou imagina ser pertencente para que possamos iniciar um plano de intervenção.

Com o objetivo de aprimorar a escuta do enunciado e as marcas impressas nele pela enunciação do indivíduo, devemos ressignificar nossos parâmetros de normalidade, pois é através deles que o referenciamos e também a sua relação com a rua. Para muitas CASR, a rua não constitui um espaço de violação de direitos e privação de competências, uma vez que o sentido que cada um dá para ela será normalmente assimétrico à representação que dela fazemos. Isso implica dizer que sempre haverá impressa uma singularidade na relação do indivíduo com a rua. Relação que é por si só um ato enunciativo, no sentido de que o significado dado à rua está sempre sendo atualizado a partir de registros particulares que parecem estar ligados a um pertencimento aqui-agora na relação entre o indivíduo e a rua, frente à significação sempre plural desse espaço: a rua irá significar a partir de um recorte que o indivíduo estabelece dentro deste universo.

Este recorte será determinado por vínculos que representem algum tipo de pertencimento à rua que pode ser simbolizado pelo aspecto lúdico que a rua constitui, pela ideia de existência atemporal que a rua traz; pela inexistência de regras e de cobranças; pela

¹² O enunciado para Benveniste, segundo definição retirada do *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009, p. 107), “é a manifestação da enunciação, produzida cada vez que se fala”. Tal definição que aqui foi apenas citada será retomada no capítulo quatro para fins de melhor entendimento.

perambulação; pela ociosidade; pelas atividades que geram alguma renda que poderá dar acesso a utensílios de qualquer ordem: à alimentação, a substâncias psicoativas, etc.

Tais vínculos são mutáveis, pois o universo da rua será continuamente atualizado por valores espaço-temporais que irão delimitar a interpretação que o indivíduo faz da rua e, por sua vez, pela enunciação que faz a respeito dela, o que condicionará sua forma de organização e o seu foco de existência neste espaço. É natural vermos uma movimentação constante de CASR empenhados, ora em uma atividade, ora em outra; ora envolvidos com a drogadição, ora fora dela; ora circulando entre a rua e as instituições, mas sempre constituindo um discurso atualizado e singular a cada uma dessas movimentações, de forma a eleger uma delas como um interesse que, durante um período de tempo, irá se constituir como linha de atuação e pertencimento na rua.

Frente à busca pelo pertencimento, inerente a qualquer criança e adolescente e ainda mais aguda em quem passa a encontrar na rua algum tipo de ancoradouro, os agentes e as instituições que trabalham com a problemática em questão devem ver-se como uma referência a ser constituída dentro do processo de busca identitária de cada indivíduo. Dentro dessa lógica, o indivíduo deve ser visualizado por suas demandas subjetivas ligadas a pertencimento que sempre serão particulares e inéditas, visto a constante mutabilidade e atualização dos valores que se estabelecem no processo de busca identitária com a rua e qualquer outro local ao qual o indivíduo deseje pertencer.

Acreditamos que as demandas subjetivas ligadas a questões de pertencimento não são evidenciadas, primeiramente, na análise da relação do indivíduo com os fatos da rua (não estamos afirmando que tal análise não seja necessária, apenas que não deve ser única), mas através da análise de sua enunciação, na expressão de sua subjetividade linguística, isto é, na capacidade que um sujeito tem de tornar-se locutor pela língua e singularizar-se pela sua fala. O processo de vinculação com a rua, que tem por consequência o enfraquecimento dos laços de pertencimento familiar e comunitário, não começa pela apropriação do espaço da rua em si, mas quando o indivíduo enuncia e refere a si mesmo como pertencente a ela.

1.2.1 Instâncias de interlocução no trabalho com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

O trabalho com CASR que a cidade de Porto Alegre desenvolveu comprovou que, além de um trabalho de educação social de rua, é vital para um trabalho efetivo diante da

problemática, a existência de Redes Locais de Atendimento¹³ e a existência de fóruns de discussão. É imprescindível uma articulação entre as políticas públicas, os equipamentos e os serviços socioassistenciais que atuam diretamente com a infância e a juventude para que se tenha uma rede de proteção no município, pois é nela que se propõem e se articulam medidas de atendimento a CASR. Basicamente, o trabalho com CASR se dá em duas instâncias de interlocução: a) na interação eu/tu, em que o indivíduo CASR é participante, e b) na relação eu/ele, em que o indivíduo CASR não participa, é referido.

Analisando o *Projeto Técnico do Serviço de Abordagem Social – Ação Rua* (PORTO ALEGRE, 2011)¹⁴, observemos o item que descreve a metodologia de trabalho do serviço, que segue abaixo,

Os Núcleos Regionais do Ação Rua compõe os CREAS de sua região. Mantêm intervenção territorializada e a tarefa de **fomentar nas micro-redes o debate acerca da situação de rua e trabalho infantil**. [...]

São atribuições de cada Núcleo:

- 1) **Abordagens solicitadas de crianças e adolescentes em situação de rua:** realizar as abordagens solicitadas pela comunidade via central telefônica e direcionadas à região de abrangência;
- 2) **Monitoramento do território:** realizar abordagens conforme roteiro planejado nas reuniões quinzenais e planejamento do CREAS do território, monitorando e intervindo preventivamente em situações de rua e trabalho infantil na região.
- 3) **Interface rede regional:** contribuir no resgate do papel de proteção à criança e ao adolescente pela comunidade e no desempenho da rede de atendimento;
- 4) **Acompanhamento:** realizar acompanhamento da criança/adolescente para inclusão na rede através de:
 - Abordagem
 - Visita Domiciliar
 - Estudo de Caso
 - Plano de Intervenção Individual e Familiar com os atores envolvidos
 - Interface/encaminhamentos com a Rede de Atendimento
 - Integração dos Núcleos e entre CREAS e CRAS de diferentes regiões.
- 5) **Acompanhamento dos casos da Rede Inter-Rua:** realizar acompanhamento intensivo de casos de maior complexidade, em especial aqueles já em atendimento na rede Inter-Rua. Manter atualizadas as informações sobre os casos de rua moradia junto à reunião de monitoramento mensal.

¹³ Entendemos por Rede Local de Atendimento o “conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais voltadas para o atendimento dos direitos da criança e do adolescente em nível municipal. Uma rede local deve articular o maior número de organizações, com destaque para aquelas que representam o poder público municipal, os Conselhos de Direitos e Tutelares, a Justiça da Infância e da Juventude, as entidades de atendimento, o Ministério Público, os órgãos de segurança pública, a Defensoria Pública e os centros de defesa de direitos, e todas as demais organizações representativas da comunidade dispostas a contribuir para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.” (GLOSSÁRIO, 2012).

¹⁴ Conforme explica o *Projeto Técnico do Serviço de Abordagem Social - Ação Rua* (PORTO ALEGRE, 2011), em 2011, o *Serviço Ação Rua* passou por uma revisão para integrar suas atividades aos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, tendo em vista a implementação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social no município de Porto Alegre. O objetivo do trabalho é promover alternativas para a superação da situação de rua, mas também atuar em situações de trabalho infantil, junto a crianças, a adolescentes e a suas famílias, articulando os serviços da rede, visando à garantia de direitos, à inclusão social, na perspectiva da erradicação da situação de rua e trabalho infantil no município.

6) **Mediação Grande POA:** realizar encaminhamentos e fortalecimento da articulação com os Municípios da Grande Porto Alegre. As ações de articulação referentes aos atendimentos devem ser feitas pelos CREAS/Núcleo Ação Rua, devendo as ações de articulação intermunicipal ser de competência da Coordenação de Proteção Especial e Média Complexidade.

7) **Mobilização Social:** promover campanhas educativas e de sensibilização, mobilizando a sociedade sobre temáticas relacionadas, como função importante desta Proteção Social Especial.

[...]. (PORTO ALEGRE, 2011, p. 5-6).

Diante do exposto, podemos agrupar, na instância de interlocução “a”, os itens 1 e 2 e os subitens “abordagem” e “visita domiciliar” do item 4. Já os itens 3, 5, 6, 7 e os demais subitens do item 4, podemos agrupar na instância de interlocução “b”. Isso mostra uma evidente predominância de atuação do Programa em fóruns de discussão que se configuram como instâncias de discurso em que o indivíduo CASR não está presente, mas sim é reportado, mediante a referência que é feita através da enunciação dos profissionais que o atendem. Tal referência nada mais é do que um ponto de vista enunciativo dos profissionais que acabam por construir, mediante o uso da língua, o sujeito CASR nestes espaços. Nisso jamais haverá imparcialidade, pois a enunciação se trata de algo sempre singular, inédito, efêmero, e irrepetível.

Tem-se que ter em mente que será sobre a referência criada que as medidas de atendimento para CASR serão pensadas e propostas. Portanto, tem-se um desafio no trabalho que envolve discussões de equipes de um mesmo Serviço ou Projeto e na participação destes com outros atores que integram as Redes Locais de Atendimento: o uso da língua na construção da referência do sujeito CASR dentro dos espaços de interlocução. O trabalho em Rede - que tem por objetivo construir alternativas para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários de crianças e adolescentes em processo de vinculação ou totalmente vinculados com a rua - alcançará seus propósitos, mediante o uso qualificado da língua entre seus membros (que aqui significa a utilização dos recursos linguísticos disponibilizados pela língua, tantos quantos sejam necessários para criar uma referência plena de sentido do indivíduo que está sendo referenciado), em locais em que será necessário referi-lo, para a construção de uma imagem discursiva do sujeito CASR que seja capaz de fornecer subsídios para a construção encaminhamentos qualificados, capazes de movimentar este indivíduo em direção à garantia de direitos que, por sua vez, deverá levá-lo à saída da rua.

Com o interesse de investigar o processo de referência do “outro” que está ausente e apontar caminhos para qualificar o proceder discursivo dos profissionais que trabalham com situação de rua, julgamos produtivo lançar um olhar de uma teoria linguística do discurso para o tema. Escolhemos, para produzir nossos dados de pesquisa, o Serviço de Acolhimento

Noturno (SAN), abrigo municipal, que há muitos anos compõe a Rede de atendimento da região centro da cidade, por atender CASR em modalidade de pernoite, e por ser um serviço de retaguarda para programas como o Ação Rua, por exemplo. O SAN utiliza como prática de trabalho a confecção de diários que registram a interação dos profissionais com o público que atendem. Serão nestes registros que analisaremos o processo de referência que é constituído dentro do espaço. Para a análise dos dados, iremos utilizar a Teoria da Enunciação de Emile Benveniste que situaremos no capítulo seguinte.

2 ENUNCIÇÃO E SUBJETIVIDADE: O OUTRO, REFERENCIADO NO DISCURSO

Muitos são os trabalhos que tomam para si o indivíduo criança/adolescente em situação de rua, em sua complexa constituição psíquica e social, como objeto de análise. Neste trabalho, ele não será o tema em análise, mas sim – será objeto de nossa investigação – a maneira particular que um locutor o constrói, através dos seus modos particulares de produzir sentidos pela língua. Aqui trataremos do sujeito criança/adolescente em situação de rua referenciado no discurso, ou seja, aquele que não está presente dentro de uma instância de discurso – é referido nela.

Neste capítulo, apontaremos a generalidade do campo da linguística da enunciação que é composta por um conjunto de teóricos que, com suas teorias, criam um campo com aproximações e afastamentos epistemológicos. Tal generalidade será apresentada a partir de uma leitura deste vasto campo de estudos, a fim de facilitar a circunscrição da Linguística de Émile Benveniste nele e a sua escolha como o escopo teórico deste trabalho. Finalizaremos o capítulo na tentativa de explicitar conceitos-chaves na teoria de Benveniste, como sujeito, subjetividade e intersubjetividade, pessoa/não-pessoa e instância de discurso, com os quais iremos trabalhar na análise de nossos dados.

2.1 TEORIA DA ENUNCIÇÃO

O sintagma nominal *teoria da enunciação*, embora esteja no singular, comporta uma pluralidade – muitas são as teorias da enunciação e muitos são os teóricos que dedicaram atenção à temática. O próprio termo *enunciação*, diante de uma ou de outra perspectiva teórica, possui diferentes concepções. Seria exaustivo trazer as inúmeras definições e os inúmeros teóricos do campo¹⁵ da enunciação, todavia traremos as definições de alguns deles, com vistas a apontar a generalidade do campo. Salientamos que tais teóricos não foram escolhidos aleatoriamente, visto que apontaremos, adiante, uma importante clivagem entre eles.

Émile Benveniste definiu o termo como a “colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização”; Charles Bally, como o “ato do falante utilizar os meios de expressão comuns a todos os indivíduos de uma comunidade linguística para expressar suas

¹⁵ Usaremos o termo campo de maneira genérica para denominar o conjunto de autores e teorias que requerem pertencimento aos estudos da enunciação.

ideias e sua subjetividade”; Bakhtin, como a “materialização verbal de sujeitos históricos”; Jacqueline Authier-Revuz, como o “campo heterogêneo do conhecimento em que se articulam língua, fala e sujeito”; Oswald Ducrot, como um “acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”, Roman Jakobson, como “atividade pela qual se manifesta a presença codificada do falante naquilo que é falado”¹⁶.

Não é nosso objetivo situar as teorias que subsidiam cada uma das definições¹⁷, mas, a tomar, somente, pelas citadas, percebemos que estamos diante de um terreno que, além de plural, parece estar em um constante movimento de afastamento e aproximação epistemológica, uma vez que termos, presentes em cada uma das definições, como *língua*, *ato*, *subjetividade*, *sujeito*, *enunciado*, por exemplo, possuem definições singulares, ou seja, só podem ser definidos dentro de cada uma das diferentes perspectivas teóricas desenvolvidas por cada autor.

Alertamos o leitor da generalidade existente no campo, pois a abordaremos a partir de uma leitura feita do amplo quadro dos estudos enunciativos. Leitura que acreditamos possibilitar o estabelecimento de uma fixidez, que nada mais é – para nós - do que a fixação de um ponto de vista epistemológico no campo da enunciação: por mais movediça e ampla que seja uma área de investigação, deve-se ter esse compromisso, ainda mais quando se pretende desenvolver e aplicar princípios teórico-metodológicos de descrição a uma língua.

2.2 A LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO EM SUA GENERALIDADE

Flores e Teixeira (2005) propõem uma leitura interessante do vasto campo da enunciação que abriga inúmeros autores, teorias e conceitos, ao trazer as principais teorias sobre o tema, com o objetivo de “fornecer uma espécie de roteiro de leitura das teorias da enunciação que têm ampla circulação no Brasil” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 7), proporcionando uma introdução à linguística da enunciação – sintagma que intitula o livro. A começar por uma preocupação de ordem terminológica, na utilização dos termos teorias da enunciação (no plural) e linguística da enunciação (no singular), ao tempo que nos explicam que,

¹⁶ Todas as definições aqui apontadas foram retiradas do *Dicionário de Linguística da Enunciação* (FLORES et al., 2009).

¹⁷ Para este fim, indicamos a leitura de FLORES, V.; TEIXEIRA, M. *Introdução à teoria da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

[...] falamos em teorias da enunciação (no plural) e linguística da enunciação (no singular) para salientar o fato de que se, por um lado, existe uma diversidade que permite considerarmos mais de uma teoria da enunciação, por outro, verificamos que há traços comuns a todas as perspectivas. Em outras palavras, acreditamos na unicidade referencial da expressão linguística da enunciação. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 8).

Diante disso, podemos visualizar o termo teorias da enunciação (no plural) pelo entendimento de que são várias as teorias, distintas em suas particularidades – o que indica afastamentos -, sendo, porém, todas da enunciação – o que indica aproximações. O termo linguística da enunciação (no singular) vem enfatizar as aproximações e abarca a ideia de que há elementos que são transversais a um campo e que constituem uma linguística própria.

[...] há várias teorias da enunciação – representadas pelos trabalhos (totais ou parciais) de Charles Bally, Roman Jakobson, Émile Benveniste, Oswald Ducrot, Jacqueline Authier-Revuz, Antoine Culioli, Kerbrat-Orecchioni, entre outros -, reunidas a partir de alguns traços comuns, de tal forma que se pode pensar em um objeto próprio a uma linguística. (FLORES et al., 2008, p. 9).

Em publicação posterior, Flores et al. (2008) propõem uma divisão no campo. A linguística da enunciação se divide, em sua leitura, pelo critério da elaboração, ou não, de um modelo de análise enunciativa pelos teóricos do campo. Em um primeiro grupo, são colocados aqueles que desenvolveram um pensamento sobre o tema enunciação, mas que não formularam um modelo de análise. Em um segundo grupo, são colocados os autores que elaboraram uma proposta teórico-metodológica em seu percurso de trabalho teórico. No primeiro grupo estão autores como Émile Benveniste, Charles Bally e Mikhail Bakhtin. No segundo, autores como Jacqueline Authier-Revuz, Oswald Ducrot e Roman Jakobson cujas definições sobre o termo enunciação já compartilhamos com o leitor e alertamos sobre esta clivagem.

Dentro dessa divisão ainda é feita uma segunda separação, novamente em dois grupos. No primeiro, há um grupo de autores que dedicaram seus estudos exclusivamente à enunciação como é o caso de Jacqueline Authier-Revuz, Oswald Ducrot, por exemplo. O segundo grupo se configura por teóricos que se dedicaram a outras temáticas, além da enunciação como é o caso de Roman Jakobson que se dedicou a inúmeros temas de estudo como “a poesia, a pintura, a métrica, a teoria linguística [...]” (FLORES et al., 2008, p. 31); Bakhtin que dedicou estudos à literatura, aos gêneros do discurso e às ciências humanas de um modo geral; e Émile Benveniste que, ao longo de sua trajetória, publicou inúmeros artigos

em que abordou as transformações da linguística, a natureza do signo linguístico, a sintaxe, etc.

A hipótese lançada por Flores e Teixeira (2005), que derivou duas clivagens, a mostrar afastamentos e aproximações epistemológicas no campo, configura uma leitura dentro do quadro múltiplo e heterogêneo das teorias da enunciação. Compartilhamos da leitura de Flores e Teixeira por ela ter um compromisso de organizar o quadro heterogêneo da enunciação, na tentativa de facilitar o acesso a esse campo de estudos. Contudo, já que estamos falando em enunciação, cremos que ela não comporta imparcialidade – uma leitura sempre irá conter uma singularidade enunciativa, portanto, partir da leitura de Flores e Teixeira (2005) serve para determinados propósitos neste trabalho: a) estabelecer um recorte teórico, e assim, conseguir o lugar um lugar de ancoragem para instituição de princípios teórico-metodológicos a serem aplicados aos dados que serão analisados em capítulo destinado a isso; e b) facilitar a compreensão sobre a teoria de Émile Benveniste.

Posto isso, partimos para a teoria da enunciação de Émile Benveniste que será o escopo teórico deste trabalho. Cabe-nos falar um pouco dela para definir conceitos que serão chaves para os objetivos deste trabalho.

2.3 A TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE ÉMILE BENVENISTE

O que se costuma chamar de Teoria da Enunciação de Émile Benveniste está em uma reunião de artigos publicados em *Problemas de Linguística Geral I* (PLG I) e *Problemas de Linguística Geral II* (PLG II) em que podemos visualizar a escritura de uma teoria linguística. Todavia, a teoria de Benveniste não é um modelo acabado¹⁸.

A leitura atenta dos textos dos PLG I e II não permite, mesmo respeitada a cronologia dos textos, depreender um modelo acabado de análise, algo que, em linhas gerais, poderia ser chamado de uma metodologia. Cada texto dos PLG encerra teorização e análise específicas, o que explicaria, ao menos, em tese, a grande **flutuação conceitual** e terminológica que há entre textos. Em síntese [...] penso que é possível trabalhar como ‘**momentos**’ da reflexão de Benveniste [...]. (FLORES, 2012, p. 154, grifos nossos).

Conforme a leitura de Flores e Teixeira (2005), Benveniste se encontra no grupo de teóricos que dedicaram sua atenção a estudos para além da enunciação. Ao longo de quatro décadas, Benveniste produziu uma obra que dialogou, não só com a linguística, mas com

¹⁸ Benveniste nunca usou o termo teoria da enunciação na sua obra, tal denominação foi-lhe atribuída por leituras posteriores à publicação de seus escritos (FLORES et al., 2009).

outras áreas do conhecimento como a antropologia, a psicologia e a filosofia, em especial. O autor desenvolveu reflexões, em torno de conceitos, em momentos específicos de diálogo epistemológico com a linguística e com outras áreas do conhecimento, o que justifica a produção de uma obra em diacronia. Isso acaba por acarretar uma heterogeneidade em que podemos visualizar uma complexa “flutuação de conceitos” e “momentos” na obra de Benveniste. Uma rápida passada de olhos na datação dos artigos reunidos no PLG I e PLG II e em seus temas aponta para isso.

A título de exemplificações, vemos, nos artigos da década de quarenta e cinquenta, o interesse em estabelecer a presença do sujeito nos estudos da linguagem, quando questiona a linguagem como instrumento de comunicação para afirmar que ela está na natureza do homem, e não separada dele, para assim fazer emergir o conceito de subjetividade na linguagem. Seguindo, então, às definições dos conceitos de pessoa/não-pessoa pela relação estabelecida no discurso entre “eu-tu” em oposição a “ele” (eu - tu / ele).

Vemos, em artigos da década de sessenta, o autor discutir a semiologia da língua em diálogo com Pierce e Saussure, questionando o lugar da língua entre a ciência dos signos, definindo a diferença entre signo e significado. Em outro artigo desta mesma década, em que se preocupa com a distinção entre semiótico e semântico.

Em artigo datado de 1970, temos a formulação da ideia de aparelho formal da enunciação, em que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor” (BENVENISTE, 2006, p. 84) - artigo em que também defini a enunciação como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82).

Diante de uma obra diacrônica, precisamos ter cautela ao ler Benveniste, a que nos alerta Flores,

a teoria de Benveniste precisa ser lida como uma complexa rede de termos, definições e noções que estão interligados através de hierárquicas – hiperonímicas e/ou hipônimas -, paralelas, transversais entre outras.” (FLORES, 2012, p. 151).

Ao pegarmos alguns termos da teoria benvenistiana e vemos a complexa interligação entre eles. Por exemplo, os termos *subjetividade*¹⁹, definido como “a capacidade do locutor se propor como sujeito” no artigo *Da subjetividade na Linguagem* (BENVENISTE, 2005c, p. 286), e *intersubjetividade*, mencionado nesse mesmo artigo, em que o autor a apresenta como

¹⁹ Os termos *subjetividade*, *intersubjetividade* e *instância de discurso* serão explicitados mais detalhadamente nos itens 2.3.2 e 2.3.3.

“condição única que torna possível a comunicação linguística” (BENVENISTE, 2005c, p. 293).

Eu não emprego “eu” a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocução um tu. **Essa condição de diálogo é que é constitutiva de pessoa, pois implica em reciprocidade** – que eu me torne tu na alocução daquele que por sua vez se designa por eu. (BENVENISTE, 2005c, p. 286, grifos nossos).

A noção de intersubjetividade, por conter sempre a relação eu-tu, está diretamente relacionada à noção de subjetividade, porque é por meio dela que o homem se reflete na língua ao enunciar-se e ao produzir enunciados.

Vejamos agora o termo *instância de discurso*, mencionado no artigo *O aparelho formal da enunciação* de 1970, no trecho a seguir:

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma **instância de discurso, que emana de um locutor**, forma sonora que **atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno**. (BENVENISTE, 2006, p. 83-84, grifos nossos).

No texto de 1970, a definição de instância de discurso interliga-se à definição de subjetividade, “a língua é efetuada em uma instância de discurso, **que emana de um locutor**” (BENVENISTE, 2006, p. 83-84, grifos nossos) e também à definição de intersubjetividade, “forma sonora que **atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno**” (BENVENISTE, 2006, p. 84, grifos nossos). Ao tempo que as definições de *subjetividade*, *intersubjetividade* e *instância de discurso* estabelecem “relações hiperonímicas e hipônimas” (FLORES, 2012, p. 151) com a noção de *enunciação*: “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82), pois ao falarmos de enunciação, estamos falando em *subjetividade*, *intersubjetividade* e *instância de discurso*, e ao falarmos de qualquer uma destas, estaremos falando de *enunciação*.

Mas atenção, o termo enunciação, no artigo de 1970, demarca um momento da reflexão de Benveniste, pois nesta época enunciação é definida como ato – o ato em que o falante mobiliza a língua para enunciar-se. Mobilizar a língua é, para o autor, apropriar-se do aparelho formal da enunciação, ideia que ele objetivava definir e estabelecer naquele momento. Já o conceito de enunciação, utilizado no artigo *Da subjetividade na Linguagem* de 1958 – publicado doze anos antes – configura outro momento da teoria de Benveniste, já que o objetivo era instaurar uma linguística do sujeito se marcando na língua. O termo enunciação

em 1958 está ligado à subjetividade na linguagem - “a capacidade do locutor se propor como sujeito” (BENVENISTE, 2005c, p. 286), - reflexão que o autor promove juntamente ao estudo dos verbos e dos pronomes.

A enunciação ‘eu juro’ é uma forma de valor singular por colocar sobre aquele que se enuncia eu a realidade de um juramento. Essa Enunciação é um cumprimento. [...] A enunciação ‘eu juro’ é o próprio ato que me compromete, não a descrição do ato que eu cumpro” [...] As conseqüências (sociais, jurídicas, etc.) do meu juramento, da minha promessa se desenrolam a partir da instância de discurso que contém ‘eu juro’, ‘eu prometo’. (BENVENISTE, 2005c, p. 292).

Benveniste construiu uma linguística heterogênea; entretanto, não podemos deixar de assinalar uma constante em seu pensamento – a presença do homem na língua, isto é, a “possibilidade de que o homem se marque na língua e, por esse ato, se singularize e se torne sujeito” (FLORES, 2012, p. 163).

Essa é a tese de Émile Benveniste. Isso é o ponto que unifica seu pensamento e sua teoria linguística. Para Benveniste, a linguagem, entendida como intersubjetividade, é condição para que o homem exista simbolicamente. Opor homem e linguagem é opô-lo a sua própria natureza.

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando com outro homem que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a língua ensina a própria definição de homem. (BENVENISTE, 2005c, p. 285).

Escolhemos a teoria de Émile Benveniste para constituir a base teórica deste trabalho porque julgamos de extrema relevância a presença do elemento subjetivo na linguagem, ou seja, as marcas de subjetividade deixadas no enunciado, pontualmente, no processo de referenciação. Visto que existe uma heterogeneidade na obra de Benveniste, temos o compromisso de circunscrever este trabalho em um dos “momentos” de sua teoria linguística. Para isso, trabalhamos, na análise de nossos dados, com concepções de sujeito contidas nos artigos produzidos nas décadas de 40 e 50, reunidos no capítulo *O homem na língua* do PLG I e no artigo, presente no PLG II, *O Aparelho Formal da Enunciação*, pois, nele, o autor a considera a partir do “próprio ato, das situações em que ele se realiza e dos instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 2006, p. 83), apontando uma espécie de metodologia que guiará nossa análise de dados. Dessa forma, intentamos instituir um lugar de fixidez, que nada mais é – reiteramos - do que a fixação de um ponto de vista epistemológico no campo da

enunciação. Pontuaremos a seguir conceitos e concepções que irão direcionar nosso olhar em nossa análise de dados.

2.3.1 O sujeito na Linguística da Enunciação de Émile Benveniste

Émile Benveniste construiu uma linguística que concebe a presença do homem. Mas será o homem objeto de estudo desta linguística? Comportaria ela o homem em suas ideologias, em sua constituição psíquica, social e antropológica? Cremos que, para comportar o homem como objeto de sua linguística, Benveniste teria que delimitar as interfaces que sua Linguística da Enunciação estabelece com outras áreas do conhecimento para, assim, dar conta do indivíduo em sua vasta complexidade.

Benveniste, filiado a Saussure²⁰ na concepção de língua como um sistema de signos virtuais, fala de um sujeito que se inscreve no sistema da língua marcando-se nela através de recursos e formas linguísticas, disponibilizados pelo sistema, à sua escolha: estamos falando de marcas do homem na língua. Benveniste preocupou-se em estudar “a representação que a enunciação dá do sujeito na língua”, ou seja, “as marcas do sujeito no enunciado, e não o sujeito propriamente dito” (FLORES et al., 2008, p. 26). O homem, em sua complexa constituição, sempre ultrapassará os limites da uma Linguística, e isso não é diferente na Linguística de Benveniste.

2.3.2 Subjetividade e intersubjetividade

No texto *Da subjetividade na Linguagem*, Benveniste define subjetividade como a “capacidade do locutor se propor como sujeito” (BENVENISTE, 2005c, p. 286). O autor sustenta sua definição de subjetividade, fundindo homem e linguagem ao apresentar esta última como condição de existência simbólica do homem, atribuindo-lhe como inerente a intersubjetividade, ou seja, o caminho pelo qual o homem refere a si mesmo, sempre instaurando, frente a sua enunciação, um “outro”. É neste processo que o locutor propõe-se como sujeito, adquirindo o seu “‘status’ linguístico de pessoa” (BENVENISTE, 2005c, p. 286). Nas palavras do autor:

²⁰ Ferdinand de Saussure, ao definir a língua como “sistema de signos”, instaura as bases para a constituição da linguística como a ciência da linguagem. Benveniste compartilha das teses saussurianas ao compreender a língua como uma virtualidade compartilhada pelos falantes e avança para uma linguística da língua em uso, passível de ser mobilizada pelo locutor no processo-ato de sua enunciação.

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. Por isso, eu propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo tu e que me diz tu. (BENVENISTE, 2005c, p. 286).

Benveniste utiliza a expressão “é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 2005c, p. 286) para apontar que sua teoria trata apenas do sujeito que está em relação com a linguagem, que é concebida, para Benveniste, como intersubjetividade, pois é na relação intersubjetiva, que sempre conterà a relação “eu-tu”, que o homem marca-se na língua como sujeito. É dentro da relação “eu-tu” que o autor constituirá a noção de pessoa.

2.3.3 A noção de pessoa/não-pessoa e a instância de discurso

A tradição gramatical associa a categoria de pessoa aos verbos e aos chamados pronomes pessoais do caso reto - eu, tu e ele -, de forma que essas classes de palavras apresentam três “pessoas” do discurso - “aquele que fala”, “aquele com quem se fala” e “aquele de quem se fala”. A simetria com que as três pessoas são apresentadas pela tradição gramatical é questionada por Benveniste que problematiza a questão ao afirmar que só se pode atingir a categoria de pessoa, senão pelo o que as diferencia dentro da realidade do discurso, ou seja, “a língua posta em ação” (BENVENISTE, 2005c, p. 284). A língua em uso aponta para uma disparidade entre a terceira pessoa em relação às duas primeiras, conforme nos mostra o autor:

Nas duas primeiras pessoas, há ao mesmo tempo uma pessoa implicada e um discurso sobre essa pessoa. Eu designa aquele que fala e implica ao mesmo tempo um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo eu não posso deixar de falar de mim. Na segunda pessoa, **‘tu’ é necessariamente designado por eu e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do ‘eu’**; e, ao mesmo tempo, eu enuncia algo como um predicado de ‘tu’. Da terceira pessoa, porém, um predicado é bem enunciado somente fora do ‘eu-tu’; essa forma é assim exceptuada da relação pela qual ‘eu’ e ‘tu’ se especificam. Daí, ser questionável a legitimidade dessa forma como ‘pessoa’. (BENVENISTE, 2005d, p. 250, grifos nossos).

É tomando a realidade do discurso que Benveniste estabelece a ideia de pessoa na oposição entre eu, tu e ele, já que, na língua em ação, eu e tu participam do discurso, enquanto *ele* está fora dele. Duas características estão ligadas à noção de pessoa: a unicidade e a reversibilidade. Em relação à primeira, “o ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum.”

(BENVENISTE, 2005d, p. 253). No que se refere à segunda, “‘eu’ e ‘tu’ são inversíveis: o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e ‘ele’, uma vez que ‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém.” (BENVENISTE, 2005d, p. 253).

É preciso salientar a transcendência de “eu” em relação ao “tu”, já que o locutor, que se enuncia e se propõe como sujeito, instaura diante de si um “tu” e fornece a este interlocutor a possibilidade de se enunciar, referindo a si mesmo como “eu”, instaurando, em reciprocidade, diante de si, um “tu”. O centro de referência da enunciação sempre será “eu”.

A instância de discurso é o justo momento em que a forma “eu”, disposta na língua, referencia-se ao locutor quando este se enuncia e produz enunciados. Isso é relevante para nós, uma vez que o ato de mobilizar a língua, mediante a enunciação, é sempre único e singular, em uma relação sempre inédita entre aquele que enuncia e os modos de produzir sentidos dispostos na língua.

A investigação deste trabalho se dá em torno de como aquele que se propõe como sujeito na língua constrói a referência daquele que não está presente na alocação entre “eu” e “tu”, ou seja, investigaremos a constituição do “ele”, a chamada não-pessoa.

Alguns termos como enunciação e enunciado, cujas definições foram apenas citadas, serão retomados no capítulo quatro. Mas antes se faz necessário apresentar nossa metodologia de trabalho.

3 METODOLOGIA DE COLETA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Tendo abordado a linguística de Émile Benveniste e situado as noções que julgamos importantes em sua teoria, como *sujeito*, *subjetividade* e *intersubjetividade*, *pessoa/não-pessoa* e *instância de discurso*, apresentamos, neste capítulo, como coletamos os dados no SAN e como os apresentamos e os analisamos.

Este capítulo é composto por três partes. Na primeira, fala-se sobre a coleta de dados realizada no Serviço de Acolhimento Noturno. Na segunda, como os dados são apresentados e identificados para posterior análise. Por fim, como conduzimos a análise dos dados segundo a teoria de Benveniste.

3.1 SOBRE A COLETA DOS DADOS

A coleta dos dados, que são objeto de análise neste trabalho, só pôde ser realizada graças ao consentimento e parceria da Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura de Porto Alegre (FASC), que, mediante solicitação por escrito, enviada para a presidência e para a direção técnica, permitiu o acesso ao Serviço de Acolhimento Noturno (SAN), equipamento gerenciado por ela.

O Serviço de Acolhimento Noturno (SAN) foi criado em 2001 no centro de Porto Alegre como um espaço de pernoite para crianças e adolescentes em situação de rua, oriundos da capital e região metropolitana em decorrência de a região central de Porto Alegre configurar-se historicamente como uma zona de concentração de casos rua-moradia²¹. O SAN é composto por uma gerência, um assistente administrativo, um técnico social, um técnico em educação, uma auxiliar de enfermagem e oito monitores dispostos em duas equipes de quatro. Cada equipe de monitores atua no espaço em plantões de doze horas em dias intercalados. Para proceder com a pesquisa, apresentamos à gerência do equipamento e ao grupo de monitores a proposta do trabalho (Cf. Introdução) e, por documento de consentimento informado, obtivemos resposta afirmativa para a confecção dos dados. Esses documentos podem ser visualizados nos anexos deste trabalho.

É prática no SAN, após o término do plantão, o registro, por parte dos monitores, da interação com os usuários. Foi solicitado para as duas equipes que escolhessem e que fizessem o registro da interação com um único usuário do equipamento para que pudessemos

²¹ Indivíduos normalmente muito incorporados à rua, sofridos, por vezes arredios e resistentes a quaisquer encaminhamentos com vistas à mudança deste quadro.

visualizar como ele é construído discursivamente por ambas as equipes, o que acarretaria em pontos de vista linguístico-discursivos diferentes. São esses relatos que iremos analisar.

3.2 SOBRE A APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Como cada equipe é formada por quatro monitores, abrimos a possibilidade de haver mais de um registro sobre a mesma situação, a ser feito por monitores da mesma equipe. Estabelecemos o período de duas semanas para realização dos registros. Uma equipe produziu registros únicos, ou seja, um único registro para uma única situação. A outra equipe produziu registros duplos, isto é, dois registros para a mesma situação, elaborados por dois monitores diferentes da mesma equipe. Vamos trabalhar com os registros duplos produzidos dentro da mesma equipe de monitores em virtude da proximidade da presença de diferentes locutores frente a uma mesma situação envolvendo o sujeito referido.

Selecionamos, em função de apresentarem maior riqueza de recursos linguísticos utilizados para a construção da referência, quatro registros para serem analisados: dois produzidos por um locutor e dois produzidos por outro locutor (monitores da mesma equipe), todos remetendo às mesmas situações de interação com o sujeito referido, com o mesmo intervalo de tempo, que será de quatro dias. Junto ao cabeçalho de cada registro, há o número do relato em forma cardinal (1, 2, 3, 4), a identificação do locutor que produziu o relato, a identificação do sujeito referido e a data do dia da interação, seguida do dia da semana. Os locutores são identificados pelas letras Z e C, e o sujeito referido pela letra A.

3.3 SOBRE A ANÁLISE DOS DADOS

Benveniste visualiza a língua como mobilização individual por parte do locutor, a partir da produção do ato da enunciação. Dessa forma, observa que é necessário considerar na enunciação, “sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza e os instrumentos de sua realização” (BENVENISTE, 2006, p. 83). Como nosso interesse é analisar como um sujeito é referenciado no discurso a partir da enunciação de outrem, buscando, dessa forma, um reflexo marcado na língua, propomos uma análise que se dá obedecendo aos seguintes passos:

a) descrição dos recursos linguísticos utilizados pelo locutor para referir A no discurso;

- b) verificação do sentido que esses recursos adquirem na situação em questão;
- c) caracterização de como a referência é constituída para A, a partir dos usos dos recursos na situação em questão.

Os itens a, b e c são realizados de forma concomitante ao longo das análises. Nas considerações finais, após termos realizado as análises, retomamos alguns questionamentos que foram postos na introdução do trabalho, a saber:

- a) de que maneira um sujeito referido é apresentado em um relato escrito;
- b) o que se diz sobre ele e de que forma isso é feito;
- c) é possível visualizarmos um sujeito no processo linguístico da referenciação.

Disposta a metodologia com a qual vamos operar em nossas análises e retomados os questionamentos com os quais nos comprometemos neste trabalho, partamos para o capítulo seguinte.

4 A ANÁLISE DOS DADOS: A CONSTRUÇÃO DA REFERÊNCIA

Antes de partirmos para análise dos dados, é necessário apontar a diferença entre enunciação e enunciado. A noção de enunciação está ligada ao uso da língua enquanto sistema de signos virtuais. Temos por base o conceito de enunciação que está vinculado ao texto de Benveniste, *O aparelho formal da enunciação*, de 1970, em que o autor relaciona a enunciação ao ato de colocação da “língua em funcionamento por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Isso implica a inserção dos sujeitos (eu-tu) no espaço-tempo (aqui-agora) da língua que envolve sua apropriação e atualização por parte do locutor.

Diante da efemeridade do ato da enunciação, nunca conseguiremos atingi-la no espaço-tempo de inserção dos sujeitos na língua; contudo, visto o ato como processo, temos no enunciado o seu produto que carrega as mesmas categorias que estão envolvidas na enunciação, isto é, pessoa, tempo e espaço. O enunciado traz as evidências do ato-processo e são elas que qualquer análise enunciativa investigará. Sendo assim, uma análise enunciativa será sempre descritiva por inclinar-se para a materialização da enunciação: o enunciado. Sigamos então para as análises dos relatos.

Relato 1.
Monitor: Z.
Usuário: A.
Data: 04/01/2011 - terça-feira.

1. Ao acessar A trazia dois pares de tênis, perguntei a procedência, disse ter trazido de
2. casa. Falo para não trazer objetos sem procedência ou origem duvidosa. Ficou
3. ofendido, dizendo que não roubou, guardou para lavar mais tarde.
4. Durante o jantar jogou parte da comida fora, foi chamado a atenção, ficou bastante
5. alterado falando em voz alta de forma desrespeitosa, intervim dizendo que era para
6. parar senão tinha que sair do refeitório.
7. A última palavra sempre tem que ser de A, disse que ia sair mesmo e não queria
8. mais confusão.

Nesse relato, vemos um movimento de caracterização de A por Z por dois mecanismos de linguagem: de um lado, há a utilização de estruturas oracionais com verbo *dicendi*²² que evidenciam a cena enunciativa entre os locutores Z e A. De outro, há a descrição de A por meio de caracterizadores e intensificadores²³, sendo que cada mecanismo permite a Z avaliar como os usos da linguagem de A referem o seu comportamento.

Analisemos cada um desses mecanismos.

No primeiro caso, nota-se o a utilização de estruturas oracionais com verbo *dicendi* em que Z traz a fala de A, como discurso indireto: “**disse** ter trazido de casa” (1.1-2, grifo nosso), “**dizendo** que não roubou” (1.3, grifo nosso), “**falando em voz alta de forma desrespeitosa**” (1.5, grifo nosso), “**disse** que ia sair mesmo” (1.7, grifo nosso). Ao passo que temos também, a enunciação de Z marcada pelos *dicendi*, “**perguntei** a procedência” (1.1, grifo nosso), “**falo** para não trazer objetos sem procedência e origem duvidosa” (1.2, grifo nosso), “**intervim dizendo** que era para parar senão tinha que sair do refeitório” (1.5-6, grifo nosso). A presença dos verbos *dicendi* cria o cenário em que se marca a tomada da palavra entre Z e A, em que Z caracteriza e também avalia como os usos da linguagem de A referem seu comportamento, através de complemento direto ou orações substantivas objetivas diretas²⁴ (conforme podemos ver nas estruturas sublinhadas após *dicendi* relativos à enunciação de A), uma vez que os verbos desta categoria as exigem. Frisamos que a referência de A, feita pela descrição do seu comportamento, está inserida na cena enunciativa reportada por Z.

No segundo caso, é evidenciado por Z, mediante descrição, reações comportamentais de A por intensificador “ficou **bastante** alterado” (1.5, grifo nosso) e caracterizadores “falando em voz **alta**” (1.5, grifo nosso), “de forma **desrespeitosa**” (1.5, grifo nosso). As reações descritas ainda estão referenciadas na enunciação de A, marcada por *dicendi* “ficou bastante alterado **falando em voz alta de forma desrespeitosa**” (1.5, grifo nosso), caracterizando A com a avaliação de como os usos da linguagem de A o referem.

²² “São verbos de elocução os verbos introdutores de discurso (discurso direto ou discurso indireto). Verbos de dizer ou *dicendi* – que são os verbos de elocução propriamente ditos -: são verbos de ação cujo complemento direto é o conteúdo do que se diz. A esse grupo pertencem os verbos FALAR e DIZER. Entre os verbos de dizer há muitos que apresentam lexicalizado o modo que caracteriza esse dizer. São verbos como COMENTAR, EXPLICAR, RESPONDER, INFORMAR. Incluímos neste grupo também o verbo PERGUNTAR.” Adaptado de *Gramática de Usos do Português* (NEVES, 2000, p. 48).

²³ Entendemos por caracterizadores, tomando os estudos gramaticais, os adjetivos que caracterizam semanticamente substantivos e com eles estabelecem a concordância de gênero e número gramatical. Por intensificadores tomamos os advérbios que podem, na frase, se relacionar semanticamente com verbos, adjetivos ou outros advérbios.

²⁴ O complemento direto é representado por signo de natureza substantiva não acompanhado de preposição obrigatória. As orações substantivas objetivas diretas são estruturas subordinadas de natureza substantiva e que exercem a função sintática de objeto direto na oração principal à qual estão subordinadas.

Tanto podemos ver que é possível Z avaliar o comportamento de A, através do uso da língua que, na linha oito do relato, Z faz uma asserção em relação a A na frase “a última palavra sempre tem que ser de A” (l.8) que é sustentada por Z ao trazer a enunciação de A em “disse que ia sair mesmo” (l.7). Nela está o intensificador *mesmo* que intensifica a intenção de A sair do espaço, encerrando o diálogo, dando a “última palavra”.

A referência de A no relato se dá pela relação entre as proposições e seus sentidos em âmbito global do relato. No início, Z constrói uma hipótese sobre A, a de que os objetos trazidos por ele possuem uma procedência duvidosa. Tal hipótese torna A um sujeito que possui um comportamento passível de avaliação mais detida durante todo o relato e que reage de forma conflitante às intervenções de Z, motivadas por essa hipótese. Isso acaba por projetar A dentro do conflito levantado pela hipótese construída por Z e não dentro da sua situação de vulnerabilidade.

Relato 2.

Monitor: C.

Usuário: A.

Data: 04/01/2011 - terça-feira.

1. A chegou cedo, trazendo dois pares de tênis que disse ter trazido de casa. Ambos
2. estavam muito sujos e A disse que iria lavá-los. Já no refeitório flagrei-o jogando
3. comida (parte do omelete) no lixo, repreendi-o lembrando que não se joga comida
4. fora. O mesmo reagiu de forma grosseira e, ao ser novamente repreendido, tentou
5. desconversar fazendo “gracinhas”. Após lavar seu tênis, vestiu-se e pediu para sair.
6. Perguntei-lhe onde estava indo e, ele disse que iria sair com o Glauber (um antigo
7. usuário). Lembrei-lhe que Glauber já tem 22 anos, oito ou nove a mais que A e
8. recomendei-lhe que prestasse atenção no que iria fazer na rua.

No relato acima, temos dois mecanismos de linguagem sendo usados para caracterizar A. Há a utilização de estruturas oracionais com verbo *dicendi* e descrição feita a A, mediante utilização de verbos nocionais²⁵ para descrever ações relativas a A. Tais descrições são, contudo, feitas fora da cena enunciativa e não em relação a ela.

²⁵ Verbo nocional é aquele que é pleno em seu significado lexical. Esses verbos se opõem aos chamados verbos relacionais que são considerados pela gramática tradicional vazios em seu significado lexical exercendo a função de cópula. Esta distinção só é válida do ponto de vista semântico, pois do ponto de vista sintático o verbo independente da sua natureza será o núcleo do predicado. Ver também nota 27.

Temos a utilização de estruturas oracionais com verbo *dicendi* em que C traz a enunciação de A, como discurso indireto novamente: “**disse** ter trazido de casa” (1.1, grifo nosso), “**disse** que iria lavá-los” (1.2, grifo nosso), “**perguntei-lhe** onde estava indo” (1.6, grifo nosso), “**disse** que iria sair com o Glauber” (1.7, grifo nosso), “**lembrei-lhe** que Glauber já tem 22 anos” (1.7, grifo nosso), “**recomendei-lhe** que prestasse atenção no que iria fazer na rua” (1.8, grifo nosso)²⁶. Constitui-se aqui o cenário de interlocução entre C e A. Nesse relato, há um número igual de usos entre os verbos *dicendi* que fazem referência à enunciação de C e à enunciação de A, diferentemente do relato anterior em que o uso dos *dicendi* referentes à enunciação de A era superior. C caracteriza A pelas orações objetivas diretas (conforme podemos ver nas estruturas sublinhadas após *dicendi* relativos à enunciação de A), tal qual acontecia no relato 1, de Z, contudo, neste relato de C, há menos subsídios para que C possa avaliar como os usos da linguagem de A constroem a sua referência, dado o número menor de estruturas oracionais com forma *dicendi*, referindo a enunciação de A.

Os verbos *dicendi* vinculados à enunciação de A, foram substituídos pelo uso de formas verbais de noção como em “flagrei-o jogando comida (parte do omelete) no lixo” (1.3), “repreendi-o lembrando que não se joga comida fora” (1.3-4), “o mesmo reagiu de forma grosseira” (1.4), “ao ser novamente repreendido, tentou desconversar fazendo ‘gracinhas’” (1.5). A predominante presença de verbos nocionais em relação aos *dicendi* referentes à enunciação de A faz com que a interlocução não se constitua como o ponto de contato entre os locutores, a exemplo do relato anterior. Tem maior relevo as descrições trazidas pelas noções dos verbos flagrar (1.2), repreender (1.3), reagir (1.4), recomendar (1.8), desconversar que trazem uma cena de interação distanciada da alocação entre C e A, porém mais próxima da cena criada por julgamentos de C, frente aos acontecimentos. Isso parece fazer com que a imagem de C fique mais evidenciada do que a de A no relato.

A presença de verbos nocionais fora da cena enunciativa falam muito mais de C que está construindo a referência do que do sujeito referido. Observemos um contraste de usos entre um relato e outro. No relato 2, de C, temos “já no refeitório flagrei-o jogando comida (parte do omelete) no lixo” (1.3). Há uma caracterização de A refletida no verbo flagrar que coloca A diante de um julgamento passível de repreensão que vem apontado no enunciado seguinte, “repreendi-o lembrando que não se joga comida fora” (1.3-4).

Pois bem, constituiu-se uma referência para A, a partir de uma apreciação de C em relação a um comportamento de A que não está situado na enunciação de A, como a

²⁶ Os verbos *lembrar* e *recomendar* estão em função *dicendi* neste contexto, pois seu uso está inserido dentro do cenário de tomada de palavra entre os locutores.

caracterização que se constitui na e pela cena enunciativa, conforme o relato 1, de Z, em “durante o jantar jogou parte da comida fora, **foi chamado a atenção**, ficou bastante alterado **falando em voz alta** de forma desrespeitosa, **intervim dizendo** que era para parar senão tinha que sair do refeitório” (1.4-6, grifos nossos).

A referência de A se constitui a partir da projeção de seu comportamento que está baseada em noções ancoradas em julgamentos de C ao longo de todo o relato, refletidos na escolha lexical desse locutor que descrevem as suas práticas no espaço e não no que a enunciação de A comunica.

Relato 3.
Monitor: Z.
Usuário: A.
Data: 06/01/2011 - quinta-feira.

1. Durante a revista para acessar o serviço, A não tem pertences.
2. Diz: “não trago mais nada para não confundirem, este plantão ta sempre dizendo
3. ‘coisinha’ pro cara”.
4. Pergunta pela assistente social, é informado que ela não está, pergunta se ela
5. deixou TRI para ele e é informado que só às sextas-feiras.
6. Fica irritado, proferi diversos palavrões.
7. Sempre é advertido, desta vez digo que não admito desrespeito, e não tenho que
8. ouvir tantas besteiras.
9. Esse é um movimento natural de A, sempre que contrariado ou chamado atenção
10. se altera, fala alto, após pede desculpas.
11. Sai dizendo que vai para a casa do pai.

Nesse outro relato de Z, temos toda a caracterização de A por Z pelo uso de estruturas oracionais com verbo *dicendi*, através do discurso direto e do discurso indireto, visto que a descrição de A por meio de caracterizador e intensificador está inserida na cena enunciativa.

No início do relato, há o uso do discurso direto em “diz: ‘não trago mais nada para não confundirem, este plantão ta sempre dizendo ‘coisinha’ pro cara” (1.2-3). Z traz uma fala de A contextualizada na revista, rotina realizada no SAN, em que A expõe uma justificativa para não levar pertences ao espaço. Isso se configura como uma avaliação aos monitores atuantes no plantão a que Z pertence e retoma a hipótese lançada por Z no seu primeiro relato. Vemos aqui um julgamento de A, contudo, manifestado na sua própria enunciação, trazida por Z pelo

uso do discurso direto. Diferentemente do relato 2, de C, em que temos uma apreciação ao comportamento de A, situada na enunciação de C, através de verbo nocional, desvinculado da alocação eu/tu.

A referência de A toma relevo à medida que a descrição de seu comportamento fica alocada no uso de verbos *dicendi* como em, “**pergunta** pela assistente social, **é informado que** ela não está, **pergunta se** ela deixou TRI para ele e **é informado que** só às sextas-feiras” (l. 4-6, grifos nossos), que culmina em uma oração com verbo relacional+adjetivo²⁷, “**fica irritado**” (l. 6, grifos nossos), seguida de oração com verbo *dicendi* e caracterizador, “**proferi diversos** palavrões” (l. 6, grifos nossos). A caracterização de A segue sendo feita pela descrição de sua enunciação que se constitui como resposta a outra enunciação, conforme sintetiza o enunciado: “esse é um movimento natural de A, **sempre que contrariado ou chamado atenção se altera, fala alto, após pede desculpas**” (l. 9-10, grifos nossos).

O desfecho da interação entre os locutores é reportado, através de enunciado que aponta um suposto vínculo de A com seu pai, ou seja, um possível caminho de retorno de A para o seio da família, fornecido pela sua enunciação e registrado por Z em, “sai **dizendo que** vai para a casa do pai” (l.9, grifos nossos).

Embora a caracterização de A esteja alocada na cena enunciativa entre os locutores, a referência se constrói pelo sentido que A passa a ter em todo o relato. A referência de A, neste outro relato de Z, também se constrói pela hipótese de que A possui um comportamento passível de avaliação mais detida, uma vez que Z traz para o relato a revista, situação em que levantou sua hipótese, trazendo, na seqüência, o descontentamento de A diante dela ao trazer a fala de A no enunciado, “não trago mais nada para não confundirem, este plantão ta sempre dizendo ‘coisinha’ pro cara” (l. 2-3). Temos novamente a referência de A projetada em meio a um conflito com o seu interlocutor e não por conflitos referentes à sua situação de vulnerabilidade.

Relato 4.
Monitor: C.
Usuário: A.

²⁷ “Os verbos de ligação (relacionais ou copulativos) servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal. Não trazem propriamente uma ideia nova ao sujeito [gramatical]; funcionam como elo entre este e o seu predicativo”. (CUNHA, 1978, p. 94).

Data: 06/01/2011 - quinta-feira.

1. Diferentemente do plantão anterior, A chegou bem alegre e brincalhão, voltando a
2. ser o mesmo de um tempo atrás, porém ficou pouco tempo na casa, saiu pouco
3. antes das 22:30, disse que iria para a casa do seu pai.

No relato 4, de C, temos a descrição de A basicamente pelo uso de caracterizador e intensificador, somada à comparação estabelecida com o relato anterior de C. Neste relato há apenas a ocorrência de um uso de *dicendi*.

Analisemos o relato.

O enunciado “diferentemente do plantão anterior, A chegou...” (1.1) faz alusão a uma situação de interação de A com o Serviço que é anterior a que está sendo relatada. O enunciado completa-se por “[...] A chegou **bem alegre e brincalhão**, voltando a ser o **mesmo de um tempo atrás** [...]” (1.1-2, grifos nossos) que constrói, na situação que está sendo relatada, a referência de A, mediante descrição por uso de caracterizadores e intensificadores (Cf. grifos) que está desvinculada da cena enunciativa entre C e A. Por essa descrição podemos inferenciar a referência construída para A na situação de interação passada.

No relato em que há o registro do “plantão anterior”, elaborado por C, temos a descrição de A pelo uso de verbos nocionais desvinculados de *dicendi*, relacionados a A que acabam falando muito mais de C do que de A. Fica evidenciado, no confronto dos mecanismos de descrição utilizados por C, em seus dois relatos, que as descrições por adjetivos, advérbios ou verbos nocionais não estão alocados no discurso direto e indireto; configuram-se como apreciações de quem referencia o outro por seu olhar e não pela enunciação do sujeito referido, uma vez que não temos no relato o tu que se enuncia.

A referência de A continua sendo construída fora da cena enunciativa ao ser enumerada a rotina de ações de A, dentro do espaço em, “[...] ficou pouco tempo na casa, saiu pouco antes das 22:30, disse que iria para a casa do seu pai” (1.2-3). Essa enumeração não diz nada sobre a A, a não ser o tempo que ficou, quando saiu e o que disse dentro do espaço. Isso ainda desvinculado da alocação eu-tu.

Pela análise dos dados realizada podemos propor algumas considerações. Vamos a elas, mas antes resgatemos o percurso trilhado até aqui.

Ocupamo-nos, no trajeto até aqui percorrido, de refletir sobre o perfil Criança e Adolescente em situação de rua e sua relação com a linguagem a partir dos profissionais que o referenciam pelo uso da língua em instâncias de discursos de que ele não participa.

No primeiro capítulo, mostrou-se o perfil criança e adolescente em contexto de situação de rua em seu caráter circunstancial e movediço quanto a referências de pertencimento que motivam a permanência dos indivíduos no espaço da rua. Apontou-se nesse capítulo ainda que há duas instâncias de trabalho no enfrentamento à problemática de CASR: aquelas em que o indivíduo está presente e aquelas em que não está presente, é referido nela pelos profissionais. Mostrou-se que são muito mais numerosas as instâncias em que o indivíduo não está presente e que grande parte das medidas de atendimentos é pensada, a partir da referência do sujeito CASR que é construída pelo discurso dos profissionais que atuam com ele.

Diante desse fato, construímos, no segundo capítulo, uma ancoragem na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, que concebe a língua em uso pelos modos particulares que um locutor a mobiliza para, assim, compreender uma linguística que trata da subjetividade na linguagem e, dessa forma, da presença do homem na língua, refletido nela. Como são inúmeras as teorias da enunciação e muitos são os autores que versaram sobre o assunto, tivemos o compromisso de situar a Teoria da Enunciação de Benveniste no campo dos estudos Enunciativos. Finalizamos o capítulo, abordando as noções que julgamos importantes na teoria, como *sujeito, subjetividade e intersubjetividade, pessoa/não-pessoa e instância de discurso* e, com essas noções, fixamos os conceitos com os quais trabalhamos na análise de nossos dados.

No capítulo três, apresentamos como realizamos a coleta de dados no Serviço de Acolhimento Noturno; como os dados seriam apresentados e identificados para posterior análise e, por fim, como iríamos conduzir a análise dos dados segundo a teoria de Benveniste. Apresentada a metodologia, selecionamos quatro registros para serem analisados: dois produzidos por um locutor e dois produzidos por outro locutor que remetiam às mesmas situações de interação com o sujeito referido e o mesmo intervalo de tempo que foi de quatro dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de referenciação pela enunciação jamais será imparcial, uma vez que o ato enunciativo é promovido por um sujeito que mobiliza a língua, entendida enquanto sistema virtual de signos, à sua maneira, produzindo sentidos nela e por ela que são particulares a cada ato. O fato de a enunciação instaurar um eu-tu sempre únicos, vinculados a um aqui-agora, atualizados no espaço-tempo de utilização da língua, produzirá sentidos díspares: a maneira que um locutor constrói a referência de um sujeito, em uma instância em que ele não está presente, pode ser muito diferente da maneira que outro locutor constrói a referência do mesmo sujeito: isso nos coloca frente a uma responsabilidade discursiva, quando vamos referenciar alguém e pensar medidas de atendimento que partem dessa referência.

Diante disso, julgamos pertinente em nosso trabalho atentar para alguns questionamentos que são:

- 1) de que maneira um sujeito referido é apresentado em um relato escrito;
- 2) o que se diz sobre ele e de que forma isso é feito;
- 3) se é possível visualizarmos um sujeito no processo linguístico da referenciação.

Analisados os dados, podemos ensaiar algumas respostas para os questionamentos acima.

Os questionamentos um e dois estão implicados, uma vez que a maneira como o sujeito é apresentado depende do que se diz sobre ele, porém, a partir dos recursos linguísticos utilizados para isso. Os dados evidenciam que o sujeito é apresentado através do uso de estruturas oracionais com verbo *dicendi* que instauram o discurso direto e o indireto, de descrição mediante utilização de verbos nocionais para descrever ações relativas ao sujeito referido, de descrição por meio de caracterizador (adjetivos) e intensificador (advérbios) dentro e fora da alocação.

Destacamos que embora os recursos linguísticos utilizados pelos locutores para referenciar A sejam praticamente os mesmos em todos os relatos, tais recursos são utilizados de formas diferentes. Todo o recurso linguístico, utilizado fora do cenário de tomada da palavra pelos locutores configurar-se-á como uma estrutura avaliativa, isto é, uma estrutura relacionada apenas à enunciação do locutor que referencia.

Tentaremos responder aos dois primeiros questionamentos, sistematizando os recursos utilizados em que temos:

a) o uso do discurso direto e indireto com verbos *dicendi* que remetem à enunciação do locutor que referencia e outros verbos *dicendi* que remetem à enunciação de quem está sendo referenciado. A enunciação de quem está sendo referenciado no discurso direto e indireto permite ao locutor que está referenciando observar os mecanismos de linguagem do seu interlocutor, o tu da alocação, e caracterizá-lo na e pela sua enunciação: aqui visualizamos a relação de intersubjetividade, em que temos a relação eu-tu. A caracterização do sujeito referido se dá, principalmente, pelo conteúdo das orações que completam os sentidos dos verbos *dicendi* relativos à sua enunciação, a exemplo do relato 1, de Z: “ao acessar A trazia dois pares de tênis, perguntei a procedência, disse ter trazido de casa. Falo para não trazer objetos sem procedência ou origem duvidosa. Ficou ofendido, dizendo que não roubou, guardou para lavar mais tarde” (1.1-3).

b) o uso de verbos de noção que noticiam e descrevem comportamentos do sujeito referido por uma descrição que não está ancorada na enunciação deste, e sim em julgamentos de quem refere. A utilização de verbos de noção, desvinculada do cenário colocado por *dicendi*, acaba por notificar comportamentos a partir de apreciações que predicam informações a quem é referido: neste caso não visualizamos a relação intersubjetiva entre os locutores e temos a relação eu/ele, visto que temos uma pessoa que não participa do discurso. Como vemos no relato 2, de C, em: “já no refeitório flagrei-o jogando comida (parte do omelete) no lixo, repreendi-o lembrando que não se joga comida fora. O mesmo reagiu de forma grosseira e, ao ser novamente repreendido, tentou desconversar fazendo ‘gracinhas’” (1.2-5).

c) a descrição do sujeito referido por meio de caracterizador (adjetivos) e intensificador (advérbios) se dá de duas formas: a primeira é aquela em que os adjetivos e advérbios estão inseridos em enunciado que **contém verbo *dicendi***, conforme relato 1 de Z em “durante o jantar jogou parte da comida fora, **foi chamado a atenção**, ficou bastante alterado **falando em voz alta** de forma desrespeitosa, **intervim dizendo que** era para parar senão tinha que sair do refeitório” (1.4-6, grifos nossos); e conforme relato 3, de Z, em “esse é um movimento natural de A, **sempre que contrariado ou chamado atenção se altera, fala alto, após pede desculpas**” (1. 9-10, grifos nossos).

A segunda é aquela em que os adjetivos e advérbios descrevem o sujeito referido em enunciados que **não contém verbos *dicendi***, ou seja, a descrição não está subsidiada pela enunciação do sujeito que está sendo referido, como vemos no relato 4, de C, em “**diferentemente** do plantão anterior, A chegou **bem alegre** e **brincalhão**, voltando a ser o

mesmo de um tempo atrás, porém ficou pouco tempo na casa, saiu pouco antes das 22:30 [...]” (1.1-3). Neste trecho também temos o uso de estruturas avaliativas (cf. grifos nossos).

Enfim, o sujeito é apresentado por descrições que estão inseridas dentro da relação enunciativa eu-tu que se forma em um relato escrito pelo uso de verbos *dicendi* que trazem a enunciação de quem refere e prioritariamente de quem está sendo referenciado. O sujeito também é apresentado por descrição que está desvinculada da cena enunciativa em que temos verbos *dicendi* que trazem apenas a enunciação de quem refere e verbos nocionais vinculados à enunciação do locutor que refere. O sujeito também é apresentado pelo uso de caracterizador (adjetivo) e intensificador (advérbio) ou dentro, ou fora da relação enunciativa eu-tu. Toda a vez que temos qualquer descrição do sujeito, estando ela fora do cenário de tomada da palavra pelos locutores, temos o que chamamos de estruturas avaliativas, pois elas predicam sentidos ao sujeito referenciado que está fora da alocação, instaurando, dessas forma, a relação eu/ele.

Quanto ao questionamento três, acreditamos que é possível visualizarmos um sujeito no processo linguístico da referenciação quando temos uma referenciação alocada na alocação entre os sujeitos. Para isso, é fundamental que o locutor que referencia não omita a enunciação do seu alocutário no relato. É no registro do turno de fala de cada um dos sujeitos envolvidos no diálogo que podemos ver a relação de intersubjetividade que se instaura na relação eu-tu. A isso chamaremos de referência de pessoa, pois temos um tu que tem sua enunciação trazida no relato, sendo por ela visualizado.

Entretanto, quando não temos referenciação situada na alocação entre locutores, e sim uma referenciação criada por predicados dados por um locutor a um sujeito que não participa do diálogo, porque não tem a sua enunciação trazida pelo eu que enuncia, temos o que chamaremos de referência de não-pessoa, ou seja, um tu que se torna ele, a não-pessoa que não pode ser visualizada no discurso em função de não ter a sua enunciação reportada para o relato.

Talvez ainda não tenhamos dado a devida importância para a linguagem no desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à miséria e à violação de direitos. Se pela linguagem temos uma representação simbólica do mundo, temos nela e por ela uma representação do homem: aquele que deve sempre ser considerado o objetivo máximo de nossas políticas públicas. Compartilhamos da ideia de que a língua, antes de ser utilizada, não é, senão, possibilidade de língua. Por sua vez, acreditamos que o homem sem a linguagem não seria, senão, possibilidade de homem, dado que ela o faz ser, antes de tudo, um ponto de vista discursivo no mundo. Se somos sujeitos diante da lei, é porque utilizamos da linguagem para

legitimar isso. Quem sabe ela seja o nosso bem mais precioso, a ser utilizada com a devida atenção para qualificar nossas políticas públicas, a fim de garantir às crianças e aos adolescentes de nosso país um desenvolvimento fora das ruas e dentro da Proteção Integral.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS – ACM; CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA. **Projeto Técnico Sorrindo, Brincando e Saindo da Rua** – SOBRESAIR. Porto Alegre: ACM/CMDCA, 2005.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005a.

_____. As relações de tempo no verbo francês. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005b.

_____. Da subjetividade na Linguagem. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005c.

_____. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005d.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Governo Federal.

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com anotações informativas de outras leis, decretos e resoluções que têm conexão com os artigos desta lei. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/lei-organica-de-assistencia-social-loas-annotada>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica de Serviço Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nob-suas>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

_____. _____. **Orientações Técnicas Centro de Referências de Assistência Social – CRAS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencias-de-assistencia-social-cras>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

_____. _____. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

BRÉAL, Michel. O Elemento Subjetivo. In: _____. **Ensaio de Semântica: ciência das significações**. São Paulo: Pontes, 1992.

CUNHA, Celso. **Gramática do Português Contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S/A, 1978.

FLORES, Valdir do Nascimento et al. (Org.). **Gramática e enunciação**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Dicionário de linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento. Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: Marlene Teixeira; Valdir do Nascimento Flores (Org.). **O sentido na linguagem: uma homenagem à Professora Leci Barbisan**. 1.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, v. 1, p. 153-170.

GEHLEN,IVALDO; SILVA, Marta Borba; SANTOS, Simone Ritta dos (org.). **Diversidade e proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas, remanescentes de quilombos**. Porto Alegre: Century, 2008. (Pesquisa realizada pelo Laboratório de Observação Social – LABORS, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS).

GUEDES, Paulo Coimbra. **Da redação à produção textual: o ensino da escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GLOSSÁRIO Crianças e Adolescentes. Rede Pró-menino. **Rede local de atendimento**. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Homes/Gloss%C3%A1rio/tabid/64/Default.aspx>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. Porto Alegre: Globo, 1976.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NUNES, Paula Ávila. **O tradutor como função enunciativa**: uma análise de autotradução. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. **Projeto Técnico do Serviço de Abordagem Social** – Ação Rua. Porto Alegre: FASC, 2011.

_____. _____. _____. **Projeto de Reordenamento Acolhimento Noturno**. Porto Alegre: FASC, 2006.

_____. _____. Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. **A Realidade das Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Social na Grande Porto Alegre / Perfis e Índice de Vulnerabilidade**. Porto Alegre: 2004. (Pesquisa realizada pelo Laboratório de Observação Social – LABORS, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS).

PROGRAMA Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – PAICA RUA. **Meninos e meninas em situação de rua**: políticas integradas para a garantia de direitos. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002. (Série Fazer Valer Direitos, v.2).

RIZZINI, Irene. **Vida nas ruas**: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHUCH, Patrícia. **Prática de Justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ANEXO A – Projeto Serviço de Abordagem Social – Ação Rua

**ANEXO B – Projeto SOBRESAIR – Associação Cristã de Moços POA/RS – Conselho
Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.**

ANEXO C – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido